

**VI Semana Internacional
de Pedagogia**

**“Pedagogia em MovimentUS:
Aproximações entre
Universidade e Sociedade”**



**II Encontro Estadual de
Educação em Prisões de Alagoas
I Seminário de Educação em
Prisões de Alagoas**

**“Educação de pessoas em privação de liberdade:
Embates, Políticas Públicas e Práticas
Educativas”**

De 10 a 14 de Dezembro de 2018 - Campus A. C. Simões/UFAL - Maceió/AL - Brasil

DIFERENCIAÇÃO PEDAGÓGICA ALIADO AO USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA NA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E NO ATENDIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL.

Autor(1): Flávio Jonnathan Gaia Nogueira;
Orientador(2): Maria Dolores Fortes Alves.

Universidade Federal de Alagoas

*flaviojonnathan@gmail.com
mdfortes@gmail.com*

RESUMO

Esta pesquisa vem sendo desenvolvida através de questionário semiestruturado e observação na Sala de Recursos Multifuncionais observando o envolvimento e as práticas pedagógicas desenvolvidas aliado ao uso da tecnologia assistiva, de uma escola pública do município de Maceió, como realização do Atendimento Educacional Especializado (AEE), para alunos com deficiência, visuais e baixa visão, conforme orientações e previsões legais (BRASIL, 2008; 2011).

A pesquisa tem como objetivo: conceituar diferenciação pedagógica e o uso da tecnologia assistiva; descrever o trabalho desenvolvido pelos profissionais da sala de recursos multifuncional, em termos de estratégias e recursos de diferenciação; refletir sobre ações favoráveis à aprendizagem de estudantes com deficiência visual.

A intenção em produzir esta pesquisa é a de promover o debate e a troca de experiências em relação a práticas pedagógicas e o uso da tecnologia assistiva em contextos de inclusão escolar.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi obtida através de questionário semiestruturado e observação na Sala de Recursos Multifuncionais que envolve as práticas pedagógicas desenvolvidas numa sala de recursos multifuncional (SRM), de uma escola pública do município de Maceió, como realização do Atendimento Educacional Especializado (AEE), para alunos com deficiências, visuais e baixa visão, conforme orientações e previsões legais (BRASIL, 2008; 2011).

DISCUSSÃO

Durante a pesquisa pudemos observar que o trabalho de diferenciação pedagógica aliado ao uso da tecnologia assistiva na SRM tem como objetivo dar ao aluno aparatos para a sua caminhada tenha sua autonomia, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve, a partir das necessidades de cada aluno, pensar em qual tipo de ajuda poderá oferecer, a fim de cumprir com as finalidades da educação. As respostas a essas necessidades devem estar previstas e respaldadas no projeto político pedagógico da escola, não por meio de um currículo novo, mas com atividades pedagógicas diferenciadas como nos ambientes virtuais e sintetizador de voz que busquem garantir aos alunos com deficiência visual e baixa visão a participação, aprendizagem e autonomia.

Assim, a comunicação no ciberespaço configura-se espaço de Aprendizagem Integradora (ALVES, 2016) no qual vamos construindo novos significados de nosso viver e do mundo, ao mesmo tempo em que nos melhoramos e desenvolvemos organizações neuronais e capacidades cognitivo-emocionais, transtornamos nossas atitudes, valores e competências, delineando tais transformações na vida diária, nas relações político-sociais e laborais. “E isso baseado em estímulos multissensoriais ou processos intuitivos que nos impactam e nos fazem pensar, sentir e atuar.” (MORAES; TORRE, 2004, p. 82).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) orienta que o AEE, ao longo de todo o processo de escolarização, esteja articulado à proposta pedagógica do ensino comum, definindo que: [...] “o atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de

acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”.

Ao utilizar estratégias pedagógicas diferenciadas com recursos adaptados, o professor estará reestruturando a atividade e ao mesmo tempo oferecendo ao aluno a oportunidade de uma interação maior com a aprendizagem. Atuando frente às dificuldades dos alunos, adaptando o currículo regular quando necessário e tornando-o apropriado às peculiaridades dos alunos com deficiência, constituindo adaptações curriculares. Não há a necessidade de construir um novo currículo, mas sim torná-lo dinâmico, alterável, passível de ampliação e que tenha como objetivo principal atender a todos os alunos.

A maior parte das adaptações curriculares são realizadas pelos professores no planejamento anual das atividades docentes onde, são realizados pequenos ajustes dentro do contexto de sala de aula, porém as decisões curriculares devem envolver a equipe da escola, ou seja, professor da sala regular, coordenador pedagógico, direção e professor da sala de recursos, para realizar a avaliação, a identificação das necessidades especiais e providenciar o apoio correspondente para o regente e o aluno.

Cabe, então, ao professor de sala de recursos dinamizar um trabalho guiado por um modelo colaborativo. Neste modelo, o professor de educação da sala regular e do atendimento educacional especializado devem juntar suas habilidades, seus conhecimentos e perspectivas para favorecer a aprendizagem dos alunos e atingir os objetivos da escolarização.

O papel do professor do AEE não pode ser confundido com o papel dos profissionais do atendimento clínico e nem com o de um professor de reforço escolar. Trata-se de um atendimento educacional desenvolvido por professores que atendem as necessidades específicas do público alvo da educação especial.

A atribuição ou ação realizada pelo o profissional é de identificar as necessidades específicas dos alunos e suas aprendizagens já consolidadas, de forma a construir um plano de atuação, com seleção de recursos e atividades e qual tipo de tecnologia assistiva melhor se adequa a necessidade do aluno.

Para todos os alunos, o professor(a) de sala de recursos tem o papel de sugerir e adequar as atividades que favoreçam o acesso ao currículo, como: adaptar materiais escritos em tinta para o sistema braile, relevo no caso de baixa visão a ampliação e contraste conforme cada necessidade.

O aluno chegar à escola e é encaminhado ao AEE, onde a primeira ação é estabelecer vínculo com o aluno e também com a família. Em uma entrevista inicial (ANAMINESE) que é realizado com seu responsável, onde buscamos conhecer a história de vida do estudante, seu contexto sociocultural, suas habilidades, as expectativas familiares. Com essas informações e com uma avaliação inicial do aluno, podendo conhecer melhor suas necessidades e traçar planos para sua rede de apoio.

O trabalho consiste em instrumentalizar o estudante, ensinando-o a utilizar a tecnologia assistiva ou o recurso de acessibilidade, que são disponibilizados através do SECADI – (Secretária de Educação Continuada Alfabetização Diversidade e Inclusão), para que haja uma organização na aprendizagem. São produzidos diversos materiais de baixa e de alta tecnologia que auxiliam a sua participação nas atividades escolares. Estes materiais serão experimentados por ele com mediação do professor. A seguir, são descritos alguns exemplos dos recursos e estratégias utilizados com os alunos.

Como estudante com baixa visão que não utiliza o Sistema Braille, as adequações feitas para ela são a utilização de recursos ópticos e não ópticos: adaptações em tinta, ampliação de fontes, materiais com contrastes visuais, produção de materiais didáticos e pedagógicos adequados com relevos, texturas e contrastes, por exemplo; são realizadas explicações verbais sobre todo o material que é apresentado em sala de aula de maneira visual; há a utilização de caderno com linhas mais escuras e com espaçamento maior entre as linhas e o uso de lápis 6B, que é mais escuro, já para os alunos com deficiência visual são produzidos material em relevo e transcritos para o braile com isso contribuindo para a autonomia dos alunos nas suas atividades.

O trabalho na SRM vem sendo reavaliado e vai se modificando, estando sempre buscando novas estratégias e recursos para atender individualmente às necessidades de todos os alunos matriculados. Tudo isso, envolve dedicação, estudo e coerência aos princípios de equidade. O contato direto e contínuo com o professor da sala regular e os demais profissionais, travando um diálogo sobre a importância da participação de todos nos processos de inclusão.

RESULTADOS

Os resultados parcialmente obtidos revelam que 90% dos estudantes que utiliza os recursos de tecnologia assistiva junto aos professores da sala regulares e no atendimento educacional especializado desenvolve suas atividades com maior autonomia facilitando o processo de ensino e aprendizagem.

CONCLUSÕES

A proposta desta pesquisa foi propiciar a troca de experiências entre os profissionais da sala de recursos multifuncionais e um grupo de estudante do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas a relação a práticas pedagógicas e o uso da tecnologia assistiva no contexto de inclusão escolar e promover o debate sobre diferenciação pedagógica na Sala de Recursos Multifuncional.

Os objetivos foram conceituar diferenciação pedagógica e o uso da tecnologia assistiva; descrever o trabalho desenvolvido na sala de recursos multifuncional, em termos de estratégias e recursos de diferenciação; refletir sobre ações favoráveis à aprendizagem de estudantes com deficiência visual e baixa visão.

Observamos que o trabalho do professor especializado deve acontecer em parceria com os professores de classes comuns para haja um maior desenvolvimento das habilidades dos alunos. Trabalhar com diferenciação pedagógica depende da interação de todos da equipe escolar. Não adianta incluir os alunos sem que haja informações corretas, suporte aos professores, respeito aos valores inclusivos, formação de uma rede de apoio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. D. F. Construindo Cenários e Estratégias de Aprendizagem Integradoras e Inclusivas. Rio de Janeiro: WAK, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas Tecnologia Assistiva. – Brasília: CORDE, 2009.

(MORAES; TORRE, 2004, p. 82)